







Editorial

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**
Editora Chefe
mariacristinavidotte@ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**
Editor Adjunto
thiagohcs@discente.ufg.br

  **Adenevaldo Teles Junior**
Equipe Editorial
adenevaldo.teles@discente.ufg.br

 **Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos**
Equipe Editorial
adriano_vasconcelos@discente.ufg.br

  **Leandro Campêlo de Moraes**
Equipe Editorial
campelomoraes@discente.ufg.br

 **Marília Araujo Caixeta**
Equipe Editorial
marilia.caixeta27@gmail.com

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, tem como objetivo contribuir com a disseminação do conhecimento jurídico em suas diversas áreas, com destaque, sobretudo, para o estudo, o debate e a pesquisa do Direito Agrário.

Cada publicação do periódico também contempla assuntos relacionados à teoria e filosofia do Direito, bem como ao Direito Socioambiental. Os trabalhos científicos eleitos para cada publicação expressam uma visão crítica sobre as discussões acadêmicas, assim como buscam contribuir com a transformação social.

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

Os textos eleitos buscam atender a critérios de diversidade e pluralidade autoral e temática, como também contemplam autores brasileiros e estrangeiros.

Dentre os temas da edição deste número, existem textos sobre o neoliberalismo e o estado de bem-estar social; grupos vulneráveis no contexto do sistema interamericano de direitos humanos; discursos de ódio à luz da colonialidade; o papel do Tribunal de Contas no controle das políticas educacionais municipais; a cosmovisão indígena no contexto da relação processual civil; os entraves ao cumprimento do artigo 68 do ADCT pelo ITERMA; a atuação das corporações transnacionais; patentes verdes; acumulação de terras no contexto argentino; e, ainda, sobre as medidas econômicas adotadas pelo governo espanhol no âmbito da crise agrária ocasionada pela Covid-19.

Dois artigos discutem o contexto contemporâneo dos direitos indígenas.

No primeiro, a concepção neoliberal é confrontada por Marcos Antônio Rodrigues, Andréa Lúcia Cavararo e Antonio Hilario Aguilera Urquiza, com as políticas públicas de demarcação de terras indígenas, evidenciando a vinculação do Estado ao capital e o distanciamento do seu papel institucional na efetivação dos direitos das populações indígenas.

No segundo, a compreensão das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), sobre o reconhecimento do direito territorial dos povos indígenas e comunidades tradicionais, é aprofundada por José Heder Benatti, Raimundo Wilson Gama Raiol e Tamires da Silva Lima, que também investigam a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Outros dois artigos adotam perspectiva teórica baseada na compreensão da colonialidade para a decolonialidade.

No primeiro, os discursos de ódio são avaliados sob perspectiva histórica, desde suas raízes até a sua manifestação moderna,

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

por Fernanda Frizzo Bragato e Bruna Marques da Silva, que abordam o assunto à luz da colonialidade para entender a lógica da sua exteriorização hodierna.

No segundo, Milena Moraes-Lima e José Edmilson de Souza-Lima indagam a produção do conhecimento jurídico que determina as relações processuais civis por meio de referencial teórico decolonial, em comparação com a episteme proveniente da cosmovisão indígena, que pressupõe a igualdade por meio da coexistência sem assimilar as diferenças.

O tema das políticas públicas é examinado por Ricardo Hermany e Batieli da Rosa Sauzem Machado, que observam o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, sobre os gastos públicos na esfera educacional a nível municipal, indagando a efetividade dos mecanismos de controle para a gestão do sistema de educação local.

Os entraves para o cumprimento do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que prevê a titulação das terras quilombolas no Brasil, são investigados por Joaquim Shiraishi, que se detém sobre a atuação do Instituto de Colonização e Terras do Estado do Maranhão (ITERMA) e a conjuntura econômica nacional e regional que destina terras públicas para o mercado do agronegócio.

A atuação dinâmica das corporações transnacionais e seus reflexos na atualidade é alvo de estudo por Alessandra Vanessa Teixeira e Carla Piffer, que, a partir de referencial teórico baseado na compreensão da sociedade líquida pós-moderna, também avaliam os riscos associados à globalização.

Seriam as patentes verdes uma inovação na tutela do meio ambiente? André Rafael Weyermüller, Pedro Ernesto Neubarth Fernandes e Yasmin Andressa Maria Quilim buscam responder esse questionamento e compreender se o Direito oferece mecanismos inovadores que possibilitem uma ponte entre o sistema econômico e o equilíbrio com o meio ambiente.

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

O sistema proposto pela Lei de Terras Rurais da Argentina, editada em 2011 sob o nº 26.737, criada para responder à acumulação de terras (*land grabbing*), é explicada por Guillermo Gapel Redcozub, que delinea os aspectos centrais deste regime jurídico e expõe suas controvérsias, além de traçar um “estado da arte” sobre a “extranjeirização” de terras no país, com base nos dados disponíveis.

Por fim, as medidas adotadas pelo governo espanhol, em relação aos reflexos econômicos da Pandemia da Covid-19, são inquiridas por Salvador Morales Ferrer que pondera os prós e os contras, a partir das consequências geradas para o sistema cooperativo e o setor agrícola espanhol, gravemente afetados.

Com o apoio dos autores dos textos aprovados para o presente número, a Revista da Faculdade de Direito da UFG concretiza a contribuição para o conhecimento científico do campo dos estudos jurídicos contemporâneos.

Uma boa leitura a todos e todas!

Os editores.